

LDO deve ser votada por lideranças

BRASÍLIA — A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá ser submetida ao voto de lideranças. Esta é a solução que está sendo examinada pelo Presidente do Congresso, Nelson Carneiro, para superar as dificuldades de trazer os parlamentares hoje para Brasília.

De uma suite do Hotel Plaza de Buenos Aires, ontem à tarde, o Líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, e os Senadores José Fogaça e Odacyr Soares tentavam, em vão, localizar Nelson por telefone, para pedir o adiamento da sessão. Doze parlamentares foram participar da celebração de um convênio para construir uma ponte entre Brasil e Argentina, e deverão faltar à sessão de hoje — que dificilmente terá quorum —, como tantos outros convocados a interromper o recesso.

Funcionários do Congresso e das lideranças partidárias viveram ontem um dia irritante, pendurados no telefone sem conseguir encontrar a maioria dos deputados e senadores e ouvindo reclamações dos que não querem abandonar suas campanhas. Muitos estavam em locais inacessíveis, no interior; outros alegavam que não conseguiriam chegar a tempo, já que não havia lugar nos aviões. Para piorar, os aeroiários entraram em greve.

O Líder do Governo na Câmara, Renan Calheiros, decidiu convocar seus companheiros. Telefonou para líderes governistas como os do PFL, Ricardo Fiúza, e do PL, Guilherme Afif, para pedir-lhes que estejam em Brasília com suas bancadas. Já que o STF decidiu que a LDO tem que ser votada, o Governo quer que isso aconteça logo, de preferência hoje mesmo. O próprio Renan disfarçava o mau humor: pretendia começar sua campanha para Governador de Alagoas hoje, fazendo carreata em Maceió e comício em Arapiraca.

Renan custou a encontrar o Líder do PL, que estava no interior de São Paulo, mas acionou imediatamente seu gabinete para convocar a bancada. Até o final da tarde, porém, apenas quatro deputados haviam confirmado presença. No PDC, outro partido governista, a situação era pior: nem mesmo o Líder Eduardo

Siqueira Campos, que está fazendo campanha em Tocantins, foi encontrado. As 17h, só um dos 17 deputados da bancada havia garantido comparecimento.

— Se a gente vem, abre espaço para o adversário no Estado. Se não comparecemos, a imprensa nos critica. É um beco sem saída — dizia um parlamentar, criticando a decisão de Nelson Carneiro de convocar em 24 horas a sessão para hoje, uma sexta-feira, em vez de esperar até a próxima semana.

Na Oposição, responsável pelo mandado de segurança que interrompeu o recesso, a situação não era muito diferente. Até o final da tarde, nem o Líder do PT, Gumerindo Mihomen, nem o Deputado José Genoino (PT-SP) — um dos que mais criticaram a decisão de Nelson Carneiro de devolver a LDO ao Executivo —, tinham sido encontrados. Dos 17 petistas, apenas cinco garantiram presença.

No PSDB, a situação parecia resolvida. Primeiro Líder a chegar à cidade, Euclides Scalco garantiu, no início da noite, que a maioria de sua bancada estará no plenário hoje. Mas o Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder dos tucanos no Senado, está no exterior fazendo conferências. O Líder do PFL, Ricardo Fiúza, que estava em Pernambuco, também era aguardado ontem e, apesar da reclamação dos parlamentares do Nordeste — que alegam não estar encontrando lugar nos aviões —, funcionários da liderança do PFL asseguravam que pelo menos a metade dos 92 deputados comparecerá.

Os Presidente da Câmara, Paes de Andrade, assim como Nelson Carneiro, é esperado para hoje de manhã. Ontem à tarde, Paes tratava de deixar a cidade de Sobral, no interior do Ceará, e tentava um lugar num avião para Brasília. Segundo assessores do Senado, Nelson Carneiro sabe que dificilmente haverá quorum hoje, mas até o início da noite não havia voltado atrás em sua decisão de convocar o Congresso. Se não houver número, o Senador continuará convocando sessões diárias do Congresso até conseguir votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.



Foto de André Durão

Nelson Carneiro: "Não sou infalível, agi de acordo com minha consciência"

158

Estrada e pântano

A CONSTITUIÇÃO acabou com o decurso de prazo, situação em que um projeto era transformado em lei porque o Legislativo não o apreciara a tempo. Mas a mesma Constituição determina que um projeto (o da Lei de Diretrizes Orçamentárias) seja "devolvido para sanção" — apreciado ou não — ao se encerrar o primeiro período da sessão legislativa.

A CONSTITUIÇÃO proíbe a demissão de funcionários estáveis e a redução do salário daqueles postos em disponibilidade. E a mesma Constituição impede que o Executivo gaste mais de 65% da receita em pagamento de salários.

NOS dois casos, e há outros, a contradição pode ser real ou aparente, mas o campo aberto à polêmica é imenso.

AINDA há tudo que a Constituição diz que "tem" de ser, embora falte a lei complementar que explicitará "como" será.

SOMANDO, conclui-se: em boa parte, a estrutura jurídica básica do Brasil menos se assemelha a uma estrada sólida e sinalizada do que a um pântano coberto de nevoeiro. Muitos dos conflitos entre Executivo e Legislativo, e dos erros de parte a parte, têm aí sua explicação.